

A Revolução Cidadã: o governo Rafael Correa e os movimentos sociais no Equador

Gustavo Menon¹

Resumo

O presente artigo pretende analisar a participação dos movimentos sociais no governo Rafael Correa (2007-2012). Com uma proposta de governo claramente anti-neoliberal, o Equador passa hoje por um conjunto transformações bastante significativas. A maior participação do Estado como controlador do mercado petrolífero; a contestação da dívida pública (interna e externa); a crítica à dolarização na economia; o alinhamento da política externa com o bloco chavista, juntamente com a proclamação de uma nova constituição, são apenas alguns aspectos de caracterizam o atual governo. Mas quem seriam os agentes por de trás dessas transformações? Quais são as bases de sustentação de um governo que passou recentemente por uma tentativa de golpe?

Palavras-Chave: Equador. Rafael Correa. Movimentos Sociais. América Latina.

La Revolución Ciudadana: el gobierno Rafael Correa e los movimientos sociales en Ecuador

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar la participación de los movimientos sociales en el gobierno de Rafael Correa (2007-2012). Con una propuesta de un gobierno claramente anti-neoliberal, el Ecuador está pasando por un montón de cambios significativos. La mayor parte del Estado como regulador del mercado del petróleo, la respuesta de la deuda pública (interna y externa), la crítica de la dolarización de la economía, la alineación de la política exterior con el bloque de Chávez, junto con la proclamación de una nueva Constitución, sólo se caracterizar algunos aspectos del actual gobierno. Pero ¿quiénes eran los agentes detrás de estas transformaciones? ¿Cuáles son los fundamentos básicos de un gobierno que ha sido objeto recientemente de un intento de golpe?

Palabras claves: Ecuador. Rafael Correa. Movimientos Sociales. América Latina.

The Citizen Revolution: the government of Rafael Correa and the social movements in Ecuador

Abstract

This article's aim is to analyze the participation of social movements in the government of Rafael Correa (2007-2012). With a clearly anti-neoliberal government proposal, Ecuador is going through a lot of significant changes. The largest share of the state as controller of the oil market, the response of the public debt (internal and external); criticisms of the economy dollarization,

¹ Docente na Faculdade de Ciências em Guarulhos - FACIG. Mestrando em Ciências Políticas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduado Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro do Núcleo de Pesquisas Tecnologias da PUC-SP (NPT-PUC/SP). Correio eletrônico: gmenon@puesp.br.

foreign policy alignment with the Chavez block, along with the proclamation of a new constitution, are some aspects of the current government. Who are the agents behind these transformations? What are the basic underpinnings of a government that has recently undergone a coup attempt?

Keywords: Equador. Rafael Correa. Social Movements and Latin America.

“Chega ao fim a triste e longa noite neoliberal em toda América Latina”, proclamou Rafael Vicente Correa Delgado, em seu discurso de posse. Economista, criado numa família de classe média na cidade portuária de Guayaquil, Correa ganhou bolsas de estudos para estudar nos Estados Unidos e na Europa. Sendo eleito em novembro de 2006 obtendo 56,67 % dos votos válidos e tendo como cabo eleitoral a ALIANZA PAIS (Pátria Altiva y Soberana), Rafael Correa, assumiu a presidência equatoriana em 15 de janeiro de 2007 após vencer no segundo turno o milionário de direita Álvaro Noboa².

Ao assumir a presidência, com uma proposta nitidamente antineoliberal, Correa, advogou uma política econômica nacionalista em oposição ao Banco Mundial e ao FMI. Em entrevista à rede de TV CNN, o presidente prometeu acabar com o “desastroso modelo neoliberal”, anunciando ter pagado toda dívida do país com o FMI. Ainda proferiu: “Nunca mais queremos ouvir falar dessa burocracia internacional” (FERNANDES, 2007).

Sem dúvidas, a eleição do presidente equatoriano que se denomina um “humanista cristão de esquerda” representava uma ruptura com o modelo político anterior que gerou o empobrecimento de milhões de pessoas e agravou sem precedentes a desigualdade social no país. Tal crise política, marcada por inúmeros escândalos de corrupção, fez com que nenhum presidente na última década no Equador pudesse concluir seu mandato.

² No primeiro turno, Álvaro Noboa venceu Rafael Correa obtendo 27% dos votos contra 22% favoráveis ao candidato da Alianza PAIS. Entretanto, no segundo turno, em novembro de 2009, Rafael Correa virou disputa desbancando o magnata Álvaro Noboa, obtendo a significativa quantia de 56,67 % de votos válidos contra 27% de Noboa.

Nesse contexto, o triunfo de Rafael Correa, que conseguiu canalizar as forças de esquerda do país, trouxe grandes esperanças para a classe oprimida equatoriana. Seu projeto de “Socialismo do século XXI” ou “Revolução Cidadã” conta com inúmeras políticas de fortalecimento do Estado Nacional e maior integração regional na linha bolivariana.

Alberto Acosta, eleito para presidir a assembleia constituinte e sendo um dos influentes homens do governo na elaboração de uma nova constituição, defendeu a criação de uma Assembleia Nacional no lugar do Congresso Equatoriano. Ele ainda cita algumas propostas desse novo governo:

Planejamos uma revolução econômica. Queremos proprietários não-monopolistas; vamos combater monopólios e práticas oligopólicas, vamos controlar o mercado. Queremos também uma sociedade de produtores, não de especuladores; (...) queremos recuperar espaços de soberania em nossa política econômica: a soberania alimentar, a soberania energética, a soberania ecológica - esta é fundamental, pois o país que perde controle de sua natureza perde o controle de sua economia e de sua política. Falamos também de uma revolução social. Vamos combater a desigualdade, a miséria e a pobreza; queremos dar educação e saúde de maneira gratuita e de primeiríssima qualidade, são direitos humanos que precisamos engessar na Constituição e na prática de futuros governos. Queremos combater o racismo, assim como queremos combater o fato de que existe, em nosso país, o machismo. Queremos uma sociedade com igualdades, pois esse é o caminho para fortalecer a democracia e a base para o desenvolvimento. Também falamos de uma revolução ética, vamos combater toda forma de corrupção, algo que entendemos como abuso do poder. Faremos todos os esforços para que as sanções sejam tomadas como exemplo para que não haja impunidade àqueles que roubaram recursos do Estado (TAMAYO, 2007, p. 2).

Para que tais transformações fossem possíveis, Rafael Correa destacou a necessidade de mudar as “regras do jogo” para que esses objetivos pudessem ser alcançados. Correa disse que a aprovação da 20ª Constituição da Nação Andina em setembro de 2008, permitiria “uma rápida e profunda mudança” no país. “Que toda a América Latina acompanhe o Equador em nossa tentativa de conseguir aprovar uma Assembleia Constituinte que desmonte definitivamente as máfias políticas que tanto mal nos têm feito e têm sequestrado a nossa pátria”³.

Contando com ampla aprovação logo em seu primeiro ano de mandato, em setembro de 2009, foi aprovada por referendo popular a nova Carta Magna. A vitória de Correa se transformou no

³ Discurso de Rafael Correa em dezembro de 2006 na Câmara pela Integração dos Povos, em Cochabamba.; IN: Rodrigues, 2007. Disponível em: <http://www.novae.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=519>. Acesso em: 08 nov. 2010.

triunfo das classes desfavorecidas, abrindo assim, as portas para um processo de mudanças indispensáveis para o país.

No aspecto econômico, frisou a necessidade de “*revertir las barbaridades que existen en la economia*”, isto é, desmontar o programa neoliberal dos anos 90 e reconstruir o Estado Nacional Equatoriano. Descartando a cooperação do Fundo Monetário Internacional (FMI), Correa afirmou: "Não trabalharemos com os burocratas do FMI e do Banco Mundial. Privilegiaremos o trabalho com a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Banco Interamericano - ID" (FERNANDES, 2007).

Além disso, ainda no âmbito econômico, o governo Rafael Correa, elaborou uma comissão para auditoria da dívida pública, recuperando aos cofres públicos enormes quantias de contração de dívidas consideradas ilegítimas. De acordo com o direito internacional, muitas dívidas foram adquiridas em governos que não tinham o respaldo popular (ditaduras). Em entrevista, o historiador argentino, Alejandro Olmos Ganoa, especialista em analisar dívidas externas nos países latino-americanos, aponta a finalidade de tal trabalho:

O resultado prático é mostrar, a partir de documentos reservados e secretos até agora, quais foram os mecanismos utilizados pelos credores para endividar o Equador, e provar como os processos são similares nos demais países. Isso vai mostrar ao mundo o que até agora permanecia ignorado. Já no que diz respeito a decisão de não pagar mais a dívida, essa é uma faculdade exclusiva do presidente Correa, que creio, decidirá o que possa ser melhor, de acordo com as possibilidades do Equador, a oportunidade política e os apoios que possa obter no respaldo das ações que decida iniciar" (TAVARES, 2008, p. 3).

Na política externa, o presidente equatoriano, buscou a ampliação dos vínculos econômicos e políticos entre Caracas e Quito. Aproximando suas políticas com Hugo Chávez e defendendo eloquentemente a unidade dos países sul-americanos, Correa leva a cabo o programa bolivariano da tão sonhada integração latino-americana. Enquanto que Chávez é o líder, Correa é o animador dessa visão pregada por Simon Bolívar (PRENSA LATINA, 2008).

Outro assunto polêmico foi a não renovação de uma base militar americana em território equatoriano. A proposta do artigo 5º que diz: “O Equador é um território de Paz. Não se permite o estabelecimento de bases militares estrangeiras” eliminou a definitivamente a Base Aérea Equatoriana em Manta.

Em meio a esse turbilhão de transformações, os movimentos sociais – principalmente os indigenistas – colocam-se de maneira complexa e até contraditória, em relação ao governo Rafael Correa. Segundo a pesquisadora do *Instituto de Estudios Ecuatorianos* (IEE), Ana Maria Larrea, os movimentos organizados que apoiam a candidatura de Correia passam por um redimensionamento extremamente complicado: ao mesmo tempo em que devem lutar conjuntamente com propostas progressistas do governo; devem fazer uma crítica detalhada e minuciosa das posições errôneas do atual presidente, tomando cuidado para que essa crítica não abra espaço para que as forças conservadoras dos setores dominantes e do grande capital possam aproveitar essa brecha para tomar novamente o governo. Ela ainda ressalta, que as elites petrolíferas do país, aliada com a grande imprensa, farão de tudo para que o novo regime fracasse.

As pretensões do programa de governo do presidente Correa não são novas. Por mais de duas décadas, tais pretensões foram parte da plataforma de luta dos principais movimentos sociais no país. No entanto, Correa pretende levar seu projeto a setores da população que tradicionalmente se mantiveram longe de discursos que pudessem ir além de ofertas materiais para solucionar uma situação de vida angustiante. O posicionamento do então candidato à presidência levou a sociedade equatoriana em seu conjunto a uma politização muito importante, levando o povo e um sem-número de coletivos sociais a trabalhar no segundo turno das eleições locais por um sonho que naqueles dias parecia impossível: vencer eleitoralmente o homem mais rico do país. A vitória de Correa foi fruto de um trabalho que ultrapassou com folga a estrutura de seu próprio movimento político e permitiu, de maneira insólita e contra todos os prognósticos, reverter a tendência dos votos nas duas últimas semanas de campanha. Dessa maneira, o triunfo de Correa se transformou no triunfo de todos e abriu as portas para um processo de mudanças indispensáveis para o país. [...] Os donos do poder não deram trégua. Antes que Correa assumisse a presidência, já estava formada uma frente de oposição disposta a enfrentar o novo regime com todas as suas forças. Os tradicionais cem dias de espera para avaliar as ações do novo governo foram esquecidos, pois, para os setores dominantes, a disputa é séria demais para permitir qualquer trégua. Para os movimentos sociais, a presidência de Correa é um desafio duplo: por um lado, apoiar um regime que não é flexível na defesa de suas reivindicações históricas, sem deixar de lado sua força acumulada e sua autonomia; por outro, contribuir com a construção do projeto histórico libertador, sinalizando fraternalmente os erros que o governo comete e pode cometer,

sem que isso signifique alimentar as pretensões conservadoras dos setores dominantes e do grande capital, que estão à caça de qualquer fresta que possa existir para fortalecer suas teses defensoras do status quo. (LARREA, 2007, p. 1)

A situação fica ainda mais embaraçosa quando se analisam as relações do governo com os movimentos sociais. Eleito com forte base dos múltiplos movimentos de esquerda, Rafael Correa, após assumir o cargo, parece que vem esquecendo das forças que ali o colocaram. Segundo Larrea (2007), os movimentos sociais não foram chamados para participar da composição da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), não participando também, da comissão do Conselho da Educação Superior (CONESUP) que faria propostas para elaborar a nova Carta Magna.

Parece que, por parte do governo, há uma tendência a sobrevalorizar o apoio popular conseguido em 26 de novembro e menosprezar a contribuição dos movimentos sociais para um projeto político que tem mais pontos comuns do que discordâncias. A pouca importância que o governo tem dado aos movimentos sociais fica evidente em alguns fatos. O primeiro, quando consultaram partidos políticos sobre o primeiro estatuto eleitoral para a convocatória da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e se esqueceram dos movimentos sociais em relação ao assunto. O segundo, quando foi feito o pedido do presidente ao Conselho de Educação Superior (CONESUP) para que se forme uma comissão para elaborar uma proposta para a nova Constituição. Essa proposta servirá de ponto de partida para a discussão na ANC. Novamente, os movimentos sociais não foram levados em conta e não participaram da comissão. O governo parece desconhecer a força social e política de coletivos sociais cujas reivindicações históricas abriram as portas para que o país viva o fenômeno Correa. (LARREA, 2007, p. 2)

Negando a importância desses movimentos, de acordo com Larrea (2007), a estratégia do governo foi montar uma comissão que planejasse a nova constituição composta somente de juristas notáveis das melhores universidades do país. Será que o presidente apostou numa constituição elaborada unicamente por especialistas do ramo jurídico?

Essa parece ser uma visão restrita das transformações sociais que ocorrem em todo continente. Não levar em considerações as demandas sociais dos variados agentes equatorianos pode levar ao mesmo caminho dos anos anterior: mais exploração de uma classe sobre outra.

Outro aspecto - não menos importante - foi a criação da Secretaria de Cidadania, Povos e Movimentos Sociais pelo governo. As perguntas que ficam são: essa seria mais uma tentativa de comandar as organizações a partir do governo? Uma força institucionalizá-las? Ou será uma

secretária para construir a base social do governo, sendo um espaço para estabelecer canais de diálogo e construção de alianças a partir de uma ótica de respeito à diversidade, às diferenças e a igualdade?

Contrariando a perspectiva um tanto pessimista e descrente de Ana Maria Larrea, Magdalena Leon, integrante da Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE), em entrevista a Merlino (2008), alega que a nova constituição equatoriana aponta para avanços bastante significativos expressando “uma aspiração de longa data dos movimentos sociais, especialmente do movimento indígena, que desde a década de 90 propõe a refundação do Estado com uma constituição que impulse transformações estruturais na sociedade” (MERLINO, 2008, p. 2).

Nesta conjuntura, a participação dos movimentos teve várias vias: a proposta de textos constitucionais completos – tais os casos da CONAIE e o Movimento de Mulheres – ou de propostas temáticas e setoriais; o diálogo com a Assembleia – que recebeu mais de 1.500 delegações. Além disso, entre as/os assembleístas eleitos, havia dirigentes ou representantes de organizações camponesas, indígenas, mulheres, sindicais, de jovens, de moradores urbanos, de migrantes. Na fase prévia ao referendo, os movimentos sociais têm assumido uma intensiva tarefa de difusão e debate sobre o texto proposto. (MERLINO, 2008, p. 10)

Para ela, diferentemente da Constituição de 1998, “que protegia, antes de tudo, o capital”, o novo texto “coloca o povo e a vida em todas suas expressões como razão de ser do Estado, da Sociedade e da Economia”. Uma das questões essenciais que foi fruto especialmente das demandas indígenas é a introdução do conceito do “bem viver”. Esse termo supõe uma redefinição do processo civilizatório, deixando para trás noções de progresso, crescimento e desenvolvimento que já chegaram ao seu esgotamento sem trazer mudanças concretas para as classes oprimidas - servido apenas para a exploração, depredação e dominação das classes dominantes. Na nova carta, incorporou-se a soberania alimentar como objetivo estratégico do Estado, o direito a água e sua não-privatização, soberania econômica, política, energética e

militar. Além disso, as reivindicações de saúde e educação universal e gratuita (até o nível universitário), deram ênfase ao princípio de igualdade com pluralidade.

Segundo Leon (MERLINO, 2008), os movimentos sociais tiveram sim, grande papel na elaboração da Carta Magna promulgada por Rafael Correa. Antes mesmo de sua ação, em 22 de janeiro de 2007, um ato de cinco mil indígenas marchou pelas ruas de Quito pedindo o fechamento do Congresso Nacional corrupto e a imediata realização de uma Assembleia Constituinte. Com cartazes e bandeiras, os manifestantes chegaram à Av. 12 de Outubro para entregar suas propostas indigenistas para a nova Constituição. Para Luis Macas, presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAI) – organização convocante da marcha -, aquele era um momento histórico para os povos e nacionalidades indígenas pois apresenta-se uma mudança estrutural, política e jurídica do Estado Equatoriano.

Desde 1830 até hoje, houve 19 Constituições, sem participação plena dos Povos e Nacionalidades Indígenas e se constituiu os poderes do Estado como um resultado do regime colonial dominante", acrescentou Macas. Segundo o comunicado do presidente da CONAIE, os indígenas estarão presentes durante todo o desenvolvimento da Constituinte para que suas ideias não sejam fraudadas pelos membros da assembleia, que optam por reformas mínimas de acordo com interesses pessoais, econômicos e políticos, ao invés de mudanças profundas. (ADITAL, 2007, p. 1)

Nas reivindicações apresentadas, a CONAI, exigia que a nova constituição construísse um Estado plurinacional, para erradicar o regionalismo, a exclusão, o autoritarismo e a repressão que ele costuma impor. Além disso, colocaram questões como “a nacionalização dos hidrocarbonetos e a não privatização dos recursos naturais”, objetivando assim, “um modelo econômico soberano, ecológico, organizado, igualitário, solidário, comunitário e social, para garantir o presente e as futuras gerações” (ADITAL, 2007, p. 1).

Tais manifestações sem dúvidas foram contempladas na Nova Constituição Equatoriana. Devido a grande pressão dos grupos sociais indigenistas, o recente texto apresenta pontos de plurinacionalidade, interculturalidade, a ampliação aos direitos coletivos, o reconhecimento do

quéchua e outras línguas ancestrais como idiomas de relação intercultural, assim como, a proteção de seus territórios e saberes (MERLINO, 2008).

Por fim, quais seriam as verdadeiras intenções por de trás da tentativa de golpe policial-militar no Equador ainda mês passado? Os movimentos sociais sustentaram o governo Rafael Correa?

É importante estar atendo a esses movimentos, pois eles apresentam novas propostas e resistências frente ao mundo capitalista contemporâneo. Discutir suas formas de articulação, suas ideologias e suas reivindicações é de essencial relevância para qualquer pensamento crítico. Devemos ficar atentos porque o novo está aqui e agora.

Referências

- ADITAL. *Marcha apoia a Constituinte e pede o fechamento do Congresso* Artigo postado em 22 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.adital.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2011.
- FERNANDES, Marcelo. *O Equador Tenta Renascer*. Postado em outubro de 2007. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em: 13 out. de 2011.
- LARREA, Ana Maria. O governo e os movimentos sociais no Equador. Postado em abril de 2010. Disponível em: http://www.forumdesalternatives.org/PG/readarticle.php?article_id=3642. Acesso em: 4 nov. 2011.
- MERLINO, Tatiana. Nova Constituição expressa aspiração dos movimentos sociais. Edição do *Jornal Brasil de Fato* de 02 de setembro de 2008.
- PRENSA LATINA. *Presidente equatoriano busca ampliação de vínculos com Venezuela*. Postado em agosto de 2008. Disponível em: <http://www.prensalatina.com.br>. Acesso em: 29 nov. 2011.
- TAMAYO, Eduardo. *O Governo de Correa é majoritário na Assembléia Constituinte*. In: Portal Popular. Postado em outubro de 2007. Disponível em: <http://www.portalpopular.org.br/mambo>. Acesso em: 24 nov. 2011.
- TAVARES, Elaine. No Equador, desvendada a fraude da dívida externa. Postado em setembro de 2008. Disponível em: <http://alainet.org/>. Acesso em: 15 dez. 2011.